

Ideias

CULTURA

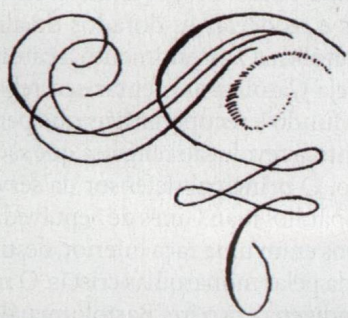
Cartas tupiniquins

A Obra completa com as correspondências de Manuel da Nóbrega revela como a experiência missionária mudou o pensamento do jesuíta: de advogado da liberdade indígena a defensor da sujeição dos índios

Ruan de Sousa Gabriel



E, um dia antes que o matem lavam-no todo e o dia seguinte o põem num Terreiro, atado pela cinta com uma corda, e vem um deles muito bem ataviado e lhe faz uma prática, de seus antepassados; e, acabada, o que está para morrer, lhe responde, dizendo que de valentes é não temer a morte, e que ele também matara muitos dos seus, e que cá ficavam seus parentes que vingariam e outras coisas semelhantes. E, morto, cortam-lhe logo o dedo polegar, porque com aquele atirava as flechas, e os demais fazem em pedaços para comer assado ou cozido.



Descrição do Canibalismo

(Carta aos padres e irmãos de Coimbra, Bahia, agosto de 1549)

CULTURA



Em 10 de abril de 1549, Manuel da Nóbrega, um jesuíta português de 32 anos incompletos, recém-chegado à Bahia, escreveu uma carta entusiasmada ao padre Simão Rodrigues, um dos próceres da Companhia de Jesus em Lisboa. Nóbrega aportara na Baía de Todos-os-Santos no dia 29 de março a bordo da comitiva de Tomé de Sousa, o primeiro governador-geral do Brasil. O que embevecia o padre não eram o sol dos trópicos, as “ervas de diverso cheiro” ou os montes mais formosos que as tapeçarias de Flandres. Mas os índios, tão dóceis à evangelização e sedentos do ensino católico. “Todos estes que tratam conosco dizem que querem ser como nós”, escreveu. “Se ouvem tanger à missa, já acodem e quanto nos veem fazer, tudo fazem, assentam-se de joelhos, batem nos peitos, levantam as mãos ao Céu.” Os nativos eram mais crentes do que os colonos portugueses, cujo fervor religioso esfriara sob o sol da Bahia. Em vez de testemunhar as virtudes cristãs aos índios, os colonos imitavam os pecados das tribos que continuavam surdas à doutrina católica, como a poligamia e o desapego ao vestuário. Os índios, graças a Deus, eram menos rebeldes. Nóbrega queria salvar-lhes a alma e, quando possível, cobrir-lhes o corpo. Na primeira carta tupiniquim, ele expõe seus planos de distribuir trajes decentes aos novos cristãos, ainda que à custa do guarda-roupa dos jesuítas. Nóbrega não queria que “por falta de algumas ceroulas” deixasse “uma alma de ser cristã”.

Restaram 39 cartas escritas por Nóbrega no Brasil, onde

ele permaneceu até sua morte, em 1570. Seus interlocutores eram figuras ilustres de seu tempo, como Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus, e Dom João III, rei de Portugal. Paulo Roberto Pereira, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), organizou as cartas tupiniquins de Nóbrega na recém-publicada *Obra completa* (Editora PUC-Rio/Edições Loyola, 392 páginas, R\$ 68,90), comemorativa do quinto centenário de nascimento do jesuíta. Pereira manteve a cadência esquisita do português quinhentista, mas atualizou a ortografia. Numa conversa com ÉPOCA no Pátio do Colégio, histórica edificação jesuítica em São Paulo, Pereira afirmou que Nóbrega era um “missionário-estadista”. “A correspondência mostra que, por meio da conversão do índio e do pau-brasil, a Terra de Santa Cruz se inseria simultaneamente no comércio internacional e na história espiritual do século XVI”, diz.

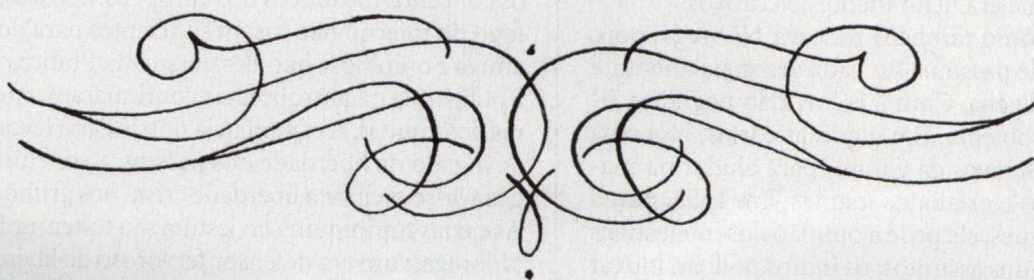
As cartas de Nóbrega não são só elogios à propensão dos índios em aceitar a fé católica. Revelam também o assombro dos jesuítas diante de hábitos dos nativos, como a nudez, a poligamia e o canibalismo. Numa carta aos “padres e irmãos de Coimbra”, Nóbrega descreve em detalhes um ritual antropofágico. Há censuras à licenciosidade dos colonos e críticas a Dom Pedro Fernandes Sardinha, o primeiro bispo do Brasil, que não tinha os índios em alta conta – e foi comido por eles. Um dos temas mais discutidos nas cartas – e que ilustra bem a convergência de interesses religiosos e políticos na colonização brasileira – é a escravidão indígena. Os anos no Brasil mudaram a opinião de Nóbrega. Quando aqui chegou, ele se opunha à escravidão do “gentio”, mas, no correr dos anos, passou a tolerar a exploração da mão de obra indígena. “A resistência dos índios em abandonar hábitos culturais como a antropofagia levou Nóbrega e os jesuítas a aceitar a servidão do nativo por meio da ‘guerra justa’, eufemismo para justificar e legalizar a escravidão indígena”, diz Pereira.

A legalidade da escravidão indígena era um dos debates mais inflamados do século XVI. Em 1537, a encíclica *Sublimis Deus*, publicada pelo papa Paulo III, proibia a escravidão dos nativos americanos e os declarou dotados de alma e capazes de receber a fé católica. O assentimento à catequese indígena permitiu à Igreja Católica aumentar seu rebanho com as almas do Novo Mundo e recuperar fiéis que perdera para a Reforma Protestante, a revolução religiosa que sacudia a Europa naquele tempo. O principal defensor da servidão indígena era o filósofo espanhol Juan Ginés de Sepúlveda. Ele argumentava que os índios eram uma raça inferior, destinada a obedecer e ser governada pelas monarquias cristãs. O maior advogado da liberdade indígena era o frei Bartolomeu de Las Casas, outro espanhol. Ele se opunha à teoria da “servidão natural” dos índios e afirmava que os europeus podiam catequizá-los, mas jamais escravizá-los ou tomar suas terras. ►

Nesta terra todos os homens ou a maior parte, têm a consciência sobrecarregada por causa dos escravos que possuem contra a razão (...). É muito difícil tirar esse abuso, porque os homens que cá vêm não têm outra vida senão a dos escravos, que lhes pescam e buscam de comer, tanto domina aqui a preguiça e se dão às coisas sensuais e a diversos vícios, nem curam estar excomungados conservando os ditos escravos.

Escravidão indígena

(Carta ao Padre Simão Rodrigues.
Porto Seguro, 6 de janeiro de 1550.)



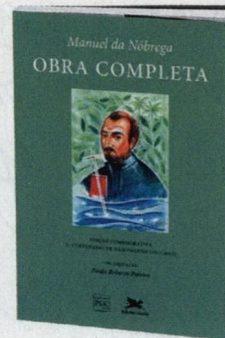
CULTURA

O principal palco desse debate foi a Universidade de Salamanca, na Espanha, onde Nóbrega estudou de 1534 a 1538. Lá, ensinava o filósofo Francisco de Vitória, um dos pensadores da questão indígena e da doutrina da “guerra justa”.

Nóbrega chegou ao Brasil como um soldado da Contrarreforma, ávido por ganhar almas nativas para o catolicismo e combater os vícios dos colonos. Essa missão coincidia com os interesses da Coroa portuguesa, empenhada em consolidar seu domínio sobre o Brasil e afugentar os franceses que tentavam agradar aos nativos para ganhar a terra. Quando viu que os indígenas estavam dispostos a ouvir sua pregação e, em alguns casos, em abandonar velhos hábitos, Nóbrega confirmou a doutrina católica: os índios eram capazes de receber a fé e, portanto, não mereciam ser subjugados. “O conhecimento inicial de Nóbrega sobre os índios era precário, mas ele logo percebeu que eles gostavam de ir à missa, de participar dos rituais e aprendiam o catecismo com facilidade”, diz Alcir Pécora, professor da **Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)** e estudioso das cartas jesuíticas. “Nóbrega concluiu que eles tinham uma propensão à religião e não seria preciso ser violento com eles. Isso fez com que, a princípio, ele fizesse oposição dura à escravidão dos índios.”

Numa carta ao padre Simão Rodrigues, em 1549, Nóbrega faz uma crítica severa aos “saltos”, os ataques surpresas de colonos contra índios para escravizá-los, e defende a libertação dos cativos. “Desejo muito que Sua Alteza (...) mandasse provisão para que entregasse todos os escravos salteados para os tornarmos a sua terra (...) pois disto depende tanto a paz quanto a conversão destes gentios”, escreveu. No ano seguinte, numa carta ao mesmo interlocutor, afirmou que todos no Brasil tinham “a consciência sobrecarregada por causa dos escravos que possuem” e que a exploração do trabalho indígena era a causa da “preguiça” e dos “diversos vícios” dos colonos, que só se ocupavam de “coisas sensuais” e não temiam nem a excomunhão. Nóbrega sugere que “El-Rei mandasse inquisidores e comissários para fazer libertar os escravos, ao menos os que são salteados, e fazê-los viver entre os cristãos, para que deixem os maus costumes dos gentios”. Em 1551, outra carta ao padre Rodrigues chamava de endemoniados os clérigos que comparavam os índios a “cães” e afirmavam que era lícito mantê-los cativos.

Parece que o demônio também rodeava Nóbrega, pois, nos anos seguintes, ele passou a ser cada vez mais tolerante com a escravidão indígena. Com a escravidão negra, os jesuítas não tinham problema. Em algumas cartas, Nóbrega solicita o envio de “escravos da Guiné” para ajudar na manutenção dos colégios e orfanatos jesuítas. Em 1552, numa carta ao padre Rodrigues, ele pede a opinião dos intelectuais de Coimbra sobre alguns assuntos: os índios podiam louvar a Deus em sua língua? Aqueles que não tinham com o que se



MISSIONÁRIO-ESTADISTA
Capa da Obra completa de Manuel da Nóbrega. A correspondência mostra sua defesa ambígua da liberdade indígena

cobrir podiam entrar na igreja e ser batizados nus? Era lícito “fazer guerra” e cativar o gentio que não deixava os velhos hábitos tribais? As cartas de Nóbrega indicam que ele passou a agir como se tivesse recebido resposta afirmativa a essa última pergunta. Em 1558, ele começa uma missiva ao padre espanhol Miguel de Torres com uma afirmação furiosa: “Primeiramente o gentio se deve sujeitar”. Aquela boa imagem que Nóbrega cultivava dos índios derreteria sob o sol do Brasil. “Este gentio é de qualidade que não se quer por bem, senão por temor e sujeição”, escreveu. Nóbrega ainda recomenda que a Coroa incentive os colonos a se embrenhar pelo interior em busca de índios para a catequização. A recompensa oferecida era o trabalho compulsório desses mesmos índios, transformados em “escravos legítimos”, espólios da “guerra justa”. “Sujeitando-se o gentio, cessarão muitas maneiras de haver escravos mal havidos e muitos escrúpulos, porque terão os homens escravos legítimos, tomados em guerra justa.”

“Nóbrega chegou ao Brasil otimista com seu plano de catequizar os índios, mas viu que isso não era tão fácil. Ele percebe a inconstância dos índios, que recebiam a doutrina católica, mas abandonavam a fé depois de um tempo”, afirma Filipe Eduardo Moreau, autor do livro *Os índios nas cartas de Nóbrega e Anchieta* (Annablume). “Com o tempo, Nóbrega foi ficando cada vez mais intolerante: ou os índios se sujeitavam ou eram massacrados, convertiam-se ou pelo amor ou pelo terror.” A realidade dos trópicos destruiu o idealismo do jesuíta. Os índios reais, que aqui viviam, transcendiam os conceitos filosóficos dos europeus. Sermões e ameaças do fogo do inferno não foram suficientes para dobrar a cultura antiga e orgulhosa que eles possuíam. Práticas como a nudez, a poligamia e a antropofagia continuaram, apesar das censuras dos jesuítas. A experiência missionária levou Nóbrega, um advogado da liberdade dos nativos, a concluir que, às vezes, gozava-se melhor a liberdade cristã nos grilhões do cativo. As cartas tupiniquins do jesuíta são testemunhas desses dois Nóbregas: um era defensor fervoroso da liberdade indígena, o outro tentou subjugar-los por viverem essa liberdade. ◆

É Terra muito fresca, de
Inverno temperado e o calor
do verão não se sente muito. Tem
muitas frotas e de diversas
maneiras, e muito boas, e que
têm pouca inveja às de Portugal.
Moore, no mar, muito pescado
bom. Os montes parecem
formosos jardins e hortas, e,
certamente, nunca eu vi
tapeçaria Flandres tão formosa.

Sobre a natureza
(Carta a Martín de Azpilcueta
Navarro. Salvador, 10 de agosto de 1549)

